



RESUMOS EXPANDIDOS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Bárbara Thaianie Vieira Souza¹; Debret Líbni Ribeiro Souza²; Sayonara Cotrim Sabioni³

1Estudante do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Instituto Federal Baiano Campus Uruçuca, Uruçuca, BA, barbarathaiane3@gmail.com; 2Estudante do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Instituto Federal Baiano Campus Uruçuca, Uruçuca, BA, debretlibni@hotmail.com. 3Professora Doutora de Ensino, Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Baiano Campus Uruçuca, Uruçuca, BA, sayonara.sabioni@urucuca.ifbaiano.edu.br;

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo atual exige uma formação docente voltada para interpretar o espaço de forma crítica e reflexiva, onde o saber popular é utilizado na reconstrução do saber científico. Dessa forma, evidencia-se a necessidade da formação holística inicial e continuada desses professores e professoras para atuarem nesse entorno. Com a promoção de discussões, e o incentivo a práticas contextualizadas busca-se a mobilização dos educadores(as) na formação apropriada para a docência na Educação do Campo. O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise e reflexão sobre a formação docente necessária para o(a) professor(a) de Ciências da Educação do Campo.

HISTÓRICO

A primeira referencia legal sobre formação de professores, no Brasil, surge com a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 2009, e é complementada, posteriormente, em 2013, que estabelece a formação docente inicial mínima, para atuar na Educação Básica. (BRASIL, 2009a; 2013a).

A licenciatura, em graduação plena, em nível superior, a ser ofertada pelas Universidades e pelos Institutos Federais de Educação, é condição para atuar em nível médio e a modalidade Normal, exigência mínima, para atuar na Educação Infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do Ensino Fundamental. (BRASIL, 2009a; 2013a).

Conforme ainda essa legislação, a atuação em Cursos Técnicos e Tecnológicos exige a formação de professores, por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. (BRASIL, 2009a; 2013a).



A Portaria MEC nº 674, de 01 de agosto de 2013, instituiu a Comissão Nacional de Educação do campo, como órgão colegiado, consultivo, com a atribuição de assessorar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a Educação do Campo. (BRASIL, 2013b).

Em atendimento ao Decreto nº 7352 de 2010 foi criado o Pronacampo que visa atender a política de educação do campo. Este se configura como um conjunto de ações com o objetivo de apoio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios na implementação dessa política, através de ações voltadas ao acesso e a permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo. (PRONACAMPO..., 2015).

O Pronacampo se encontra estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas; Formação Inicial e Continuada de Professores; Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional; Infraestrutura Física e Tecnológica. (PRONACAMPO..., 2015).

A formação de Professores do Pronacampo foi contemplada pelo Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, o Procampo. Os cursos de licenciatura em educação do campo deste programa são ofertados pelas Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com organização curricular cumprida em regime de alternância entre tempo–escola e tempo–comunidade e habilitação para docência, multidisciplinar, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, em uma das áreas do conhecimento: linguagens e códigos, ciências humanas, ciências da natureza, matemática e ciências agrárias. (PRONACAMPO..., 2015).

Desde a década de 90, no Brasil, o tema a formação de professores já é foco de pesquisas. Uma análise do conteúdo, de artigos publicados em periódicos nacionais, de dissertações e teses produzidas, nos programas de pós-graduação em educação, permitiu identificar uma significativa preocupação com o preparo do professor para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental; uma ênfase na necessidade de articulação entre teoria e prática, no entanto, a análise das pesquisas sobre a formação inicial e continuada evidenciou um tratamento isolado das disciplinas específicas e pedagógicas (ANDRÉ ET AL. 1999).

O ensino na formação básica, voltado para a construção da cidadania para a vida, em que a educação é norteada pelos pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser e para as novas necessidades do conhecimento, demanda necessariamente,



repensar a formação inicial de professores, assim como, um cuidado especial com a formação continuada desse profissional, com um olhar crítico e criativo.

A formação inicial e continuada do docente deve ser articulada e permanente com fundamentação em múltiplas perspectivas: dos princípios educativos e pedagógicos em busca da inclusão, da gestão participativa, dos direitos individuais e coletivos, do multiculturalismo, da diversidade, com conhecimento sobre política e economia, dos conflitos, da tecnologia e outras questões complexas do mundo contemporâneo.

O modelo vigente reserva um grande destaque à formação inicial e considera a formação continuada como uma maneira de remediar falhas do passado. O privilégio para a formação inicial é justificado por sua função de moldar as gerações futuras de professores e de poder ser realizada sobre um material humano mais disponível.

A formação continuada de docentes é um tema complexo e que pode ser abordado a partir de diferentes enfoques e dimensões. No modelo clássico de formação continuada para docentes, a ênfase é dada na atualização da formação recebida. O professor, que já atua, profissionalmente, com sua formação inicial, volta à universidade, para renovar seus conhecimentos em programas de atualização, aperfeiçoamento, programas de pós-graduação de *latu sensu e strictu sensu*, ou ainda, participando de cursos, simpósios, congressos e encontros voltados para seu desenvolvimento profissional. Nessa perspectiva, considera-se que a universidade é o local em que circulam as informações mais recentes, as novas tendências e buscas nas mais diferentes áreas do conhecimento. (COSTA, 2004).

As investigações recentes, e que estão conquistando consenso entre profissionais da educação, tratam de uma formação docente, voltada para o professor reflexivo e tem como eixo central a própria escola. Desse modo, desloca-se o eixo da formação de professores da universidade para o cotidiano da escola de educação básica. É entendida como um trabalho reflexivo da prática docente, como uma forma de reconstrução permanente de uma identidade pessoal e profissional em interação mútua com a cultura escolar, com sujeitos do processo e com os conhecimentos acumulados sobre a área da educação. (NÓVOA, 1992).

A Educação Científica deve favorecer atitudes responsáveis dos estudantes na tomada de decisões fundamentadas em problemas que afetam a humanidade, dessa forma é necessária uma percepção correta dos problemas e desafios enfrentados pela vida em nosso planeta pelos professores,

Cadernos Macambira

V. 2, Nº 2, p. 190, 2017.

Anais do III Simpósio de Agroecologia da Bahia.

Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas,

Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes

<http://revista.lapprudes.net/>



que devem incorporá-la em seu trabalho docente, saindo do reducionismo habitual. (GIL- PÉREZ e VILCHES, 2003).

Na formação docente, para o ensino das Ciências da educação do campo, deve-se contemplar os princípios da Educação do campo, como o respeito à:

diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; [...]; formulação de projetos político-pedagógicos específicos, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho. (BRASIL, 2010).

Constata-se que a formação inicial e continuada do professor Ciências para a Educação do Campo deve se aproximar da realidade da escola pública e de suas práticas. Assim, a proposta pedagógica de formação deve ser construída com a participação dos professores, baseada na realidade dos povos do campo com atendimento à sua realidade e às suas especificidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contextualizou-se a legislação nacional sobre formação de professores inicial e continuada e foram apresentados e discutidos, modelos vigentes, sobre a formação continuada, no país.

Na formação de professores(as) de Ciências, evidenciou-se a necessidade de construção do conhecimento, por resolução de problemas e de transformar o pensamento espontâneo do(a) professor(a) para uma percepção correta dos problemas e desafios enfrentados pela vida em nosso planeta. Devendo-se incorporá-la no trabalho docente, para sair do reducionismo habitual. Foram ainda apresentados os princípios que devem ser contemplados na formação docente do professor de ciência para a educação do campo.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ Marli; SIMÕES, Regina H.S.; CARVALHO, Janete M.; BRZEZINSKI, Iria. Estado da Arte da Formação de Professores no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro/99.

BRASIL.(a) Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Disponível em:http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.796-2013?OpenDocument> Acesso em: 18 Set. 2015.

Cadernos Macambira

V. 2, Nº 2, p. 191, 2017.

Anais do III Simpósio de Agroecologia da Bahia.

Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas,

Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes

<http://revista.lapprudes.net/>



BRASIL(b).MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. Portaria nº 674, de 01 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/public/arquivos/legislacoes/Port-674-2013-08-01.pdf>> Acesso em: 18 Set. 2015.

BRASIL, Decreto nº 7352, de 4 de novembro de 2010. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.352-2010?OpenDocument> Acesso em: 19 Set. 2015.

BRASIL (a) lei nº 12.056, de 13 de outubro de 2009. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.056-2009?OpenDocumen> Acesso em: 19 Set. 2015.

COSTA, Nadja Maria de Lima A formação contínua de professores – novas tendências e novos caminhos. **Holos**, Ano 20, dezembro de 2004. 63-75p.

GIL PÉREZ, Daniel e VILCHES, Amparo. Contribuição da Educação secundária à formação de cidadãos e cidadãos para uma sociedade sustentável. In: MACEDO, Beatriz (org.). **Cultura Científica**: um direito de todos, Brasília, UNESCO Brasil, OREALC, MEC, MCT, 2003, 170p.

NÓVOA, Antonio. Os professores e a sua formação. Tradução de Graça Cunha, Cândida Hespanha e Conceição Afonso. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PROGRAMAS DO MEC voltados à formação de professores. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=15944:programas-do-mec-voltados-a-formacao-de-professores>> Acesso em: 18 Set. 2015.

PRONACAMPO Programa Nacional de Educação do Campo. Disponível em: <<http://pronacampo.mec.gov.br/>> Acesso em 18 Set. 2015.